

Medo e vergonha fazem com que só 10% dos estupros sejam notificados

Pesquisador ainda aponta que descrença nas autoridades e possíveis maus tratos de policiais em delegacias desestimulam as mulheres a denunciar

(R7, 05/09/2018 - acesse no site de origem)

Com base em estudos internacionais, adaptados à realidade brasileira, pesquisadores do Atlas da Violência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) acreditam que entre 10% e 15% dos [casos de estupros são reportados às autoridades](#) e entram para as estatísticas do crime no país.

Mesmo com o baixo número de notificações, os dados do [12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) apontam que no ano passado as polícias registraram 49.497 casos de estupro e o SUS (Sistema Único de Saúde) contabilizou 22.918 casos. A estimativa dos pesquisadores do Atlas é que o número, caso fossem todos notificados, seriam em torno de 300 mil e 500 mil.

Segundo o pesquisador do Ipea Helder Rogério Sant'ana Ferreira, um dos autores do Atlas da Violência, o medo de represálias em casos que o agressor é conhecido, a vergonha, descrença nas investigações e resolução dos crimes e possíveis maus atendimentos policiais são alguns dos motivos do alto número de casos não notificados.

Ele afirma que a divulgação de dados, conversas com especialistas e outras medidas podem estimular as mulheres a denunciar caso sofram violência sexual. "Tem também o papel das famílias e das escolas, já que abordando mais a questão da vida sexual, vitimização, e trazer essa questão para discussão pode ser um fator que ajude nas notificações".

O pesquisador ainda destaca que "quanto menos a gente considerar o sexo um tabu, quando mais se falar, mais é importante para as crianças também saberem o que é a violência sexual".

Conforme os dados do FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), em 2017 houve um aumento de 8,4% em relação ao ano anterior, passando de 54.968 para 60.018. O número corresponde a um caso de estupro registrado no país a cada nove minutos.

Os números também foram compilados pelo Instituto Patrícia Galvão, que junta e divulga informações na plataforma digital "Violência contra as Mulheres em Dados". O dossiê reúne pesquisas e dados relacionados às [violências contra as mulheres no Brasil](#), com foco na violência doméstica, sexual e online, além de feminicídios.

Kaique Dalapola

São Paulo reduz estupros pela primeira vez no ano

Estado reduziu maior parte dos indicadores de criminalidade em julho, como homicídios, latrocínios e roubos. Capital teve segunda alta mensal de assassinatos no ano

([Terra.com, 27/08/2018 – acesse no site de origem](#))

Estado de São Paulo registrou queda na maior parte dos indicadores de criminalidade ao longo do mês de julho, de acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 27, pela Secretaria da Segurança Pública. Homicídios (-8,9%), latrocínios (34,3%), roubos (-15,7%) e até estupros (-2,9%) tiveram redução de registros no mês passado na comparação com o mesmo período do ano passado.

Os crimes de estupro vinham de altas mensais consecutivas desde outubro do ano passado. A secretaria atribuiu, ao longo do ano, os registros mais volumosos a campanhas que incentivam as vítimas a registrarem as ocorrências nas delegacias, mais do que propriamente a uma onda de criminalidade.

Somados os crimes de estupro de todo o ano até o mês de julho, na comparação com o mesmo período de 2017, ainda há alta de 13%. Na semana passada, ganharam repercussão casos de vítimas que relataram ataques dentro de uma estação de metrô e nas proximidades de outras estações.

A polícia instaurou inquérito para apurar o caso da estação Sacomã. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, “a análise das imagens mostra que, até o momento, não foi possível confirmar o crime dentro da estação”. “Na tarde de hoje (*segunda*), a estudante foi ouvida novamente e também não confirmou o crime. As investigações continuam”, acrescentou.

A queda dos homicídios notada no Estado não se repetiu na capital. Na cidade, o número de vítimas saltou de 49 para 67 de julho do ano passado para este ano, alta de 36% – a alta no número de casos, quando é levado em consideração a quantidade de ocorrências e não de vítimas, foi de 29%. Essa é a segunda alta mensal no ano na capital, depois de maio ter registrado aumento de 30% no número de casos.

Outros crimes registraram queda na capital, como latrocínio (-20%), roubos (-14,2%), roubos de carga (-21,8%) e estupro (-7,1%).

Secretaria destaca investimento em tecnologia

A Secretaria da Segurança, por nota, disse estar trabalhando em políticas públicas, como “investimento em tecnologia e aperfeiçoamento do trabalho policial, fatores que auxiliaram na redução novamente em julho da taxa de homicídios dolosos”, referindo-se à taxa do Estado. “É o menor índice desde o início da série histórica, com 7,05 casos para cada 100 mil habitantes.”

A pasta não apresentou respostas a perguntas feitas pelo **Estado** sobre a alta dos homicídios na capital.

Sobre os estupros, a secretaria disse que vem adotando medidas para combater esse tipo de crime, e “aperfeiçoando os atendimentos e acolhimentos oferecidos para as vítimas”. “Uma das ações é o Protocolo Único de Atendimento, implantado em 2017. Os policiais de São Paulo também contam, desde 2015, com o Banco de Perfis Genéticos, que até maio tinha 2.539 perfis inseridos no sistema. Além disso, há o convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, que possibilitou o atendimento das vítimas de violência sexual no Hospital Pérola Byington, por meio do programa Bem-me-quer.”

Por Marco Antônio Carvalho

SP tem maior número de estupros no 1º tri em 5 anos; homicídio e latrocínio caem

Entre janeiro e março de 2018, o estado de São Paulo registrou 3.218 casos de estupro. É o maior índice trimestral desde 2013, quando houve 3.356 registros no mesmo período. O dado foi divulgado pela SSP (Secretaria da Segurança Pública) no fim da tarde desta quarta-feira (25).

(UOL, 25/04/2018 - acesse no site de origem)

Em contrapartida, todos os outros crimes registrados no estado tiveram queda no primeiro trimestre deste ano: homicídio (queda de 14,6%), latrocínio (redução de 35,8%), roubos gerais (queda de 17%). Roubos de banco, carro e carga, além de furtos, também tiveram baixa.

“Nós só tivemos um indicador [estupro], que, infelizmente, subiu. Os demais, todos eles, tiveram relevante queda”, disse o secretário da Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho. “Fruto do trabalho dos nossos policiais. A PM continua e continuará realizando o mesmo tipo de policiamento”, afirmou.

Segundo o secretário, o crime de estupro é complexo de combater porque “ocorre entre quatro paredes”. Barbosa Filho afirmou que em ao menos 79% dos casos registrados nos últimos anos, havia relação entre a vítima e o agressor. “Qualquer tipo de relacionamento: afetivo, familiar, de amizade ou vizinhança”, indicou.

O secretário pediu que as vítimas sempre registrem o estupro. “Mesmo após (o crime), se a pessoa comunica, a gente pode propor uma medida protetiva, por exemplo. O que sentimos é que as notificações aumentaram e isso é bom para a gente mapear esse tipo de crime”, disse.

Índice de letalidade policial cai

Na noite desta quarta, após a coletiva de imprensa com o secretário, foi divulgado também o número de pessoas mortas pelas polícias Civil e Militar no estado nos três primeiros meses do ano. No primeiro trimestre de 2017, as polícias mataram 238 pessoas. Neste ano, foram 197. Ou seja, houve queda na letalidade em 17%.

Já o número de policiais mortos no estado subiu no período: 9 morreram no primeiro trimestre de 2017, e 17 morreram no primeiro trimestre de 2018 –alta de 88%. Sobre a letalidade policial, o secretário não se manifestou na coletiva.

Ex-comandante da PM vai para gabinete do secretário

Assim que o coronel Nivaldo Restivo, 53, deixar o comando da PM (Polícia Militar), o que deve ocorrer ainda esta semana, assumirá o cargo de chefe de gabinete da Secretaria da Segurança Pública, informou Barbosa Filho nesta quarta-feira.

Restivo, que chegou a ter seu nome ventilado como novo secretário da SSP, será substituído no comando da PM pelo coronel Marcelo Vieira Salles, 51, amigo do governador Márcio França (PSB). O secretário da Segurança Barbosa Filho afirma ter bom relacionamento com ambos os oficiais da PM paulista.

Indicado por Barbosa Filho e pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), Restivo chegou a ser denunciado pelo Massacre do Carandiru, em 1992, quando 111 detentos foram assassinados por policiais na Casa de Detenção de São Paulo.

“Restivo e Salles são muito próximos a mim. Nós já tivemos várias reuniões para discutir como trabalharemos. Pela mudança dos cargos, não acredito em nenhum tipo de prejuízo à população paulista”, afirmou o secretário da Segurança.

Mudança da Polícia Civil “pode representar grande avanço”

A ideia do governador Márcio França de tirar a Polícia Civil da secretaria da Segurança e enviá-la à secretaria da Justiça “pode representar grande avanço e ganhos institucionais relevantes”, disse Barbosa Filho.

Segundo o secretário, há um estudo em andamento, porque há a necessidade de uma legislação específica sobre o assunto. O estudo deve ser levado ao governador, que deve encaminhar o projeto para a Alesp (Assembleia Legislativa de SP) para ser votada pelos deputados estaduais.

“Em São Paulo, nossas polícias são extremamente integradas. Não haveria efeito negativo a separação por pasta. O que não pode é segregar as polícias. Isso não ocorreria, justamente por serem sempre integradas”, afirmou Barbosa Filho.

Luis Adorno

Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprova uso de fundo para

combater violência contra a mulher

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o Projeto de Lei 6129/16, do deputado Flavinho (PSB-SP), que inclui os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher entre os projetos que podem receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

(Câmara Notícias, 18/09/2017 - acesse no site de origem)

Atualmente, a [Lei 10.201/01](#), que institui o fundo, estabelece uma lista com exemplos de projetos apoiados com recursos do fundo. Entre eles estão programas de prevenção ao delito e à violência e de reequipar, treinar e qualificar polícias civis e militares, bombeiros e guardas municipais.

O texto também altera a Lei Maria da Penha ([11.340/06](#)) para definir quais ações se enquadram como programas de combate e prevenção da violência doméstica.

Atendimento integral

Pelo projeto, os recursos do fundo poderão ser usados para construção de delegacias da mulher, centros de atendimento integral a mulheres e dependentes e casas-abrigos para aquelas em situação de violência doméstica ou familiar.

Segundo o relator, deputado Ronaldo Martins (PRB-CE), a proposta atende às necessidades de melhora da segurança pública no Brasil. “O texto cria mecanismos para que mais recursos sejam destinados no combate e na prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres.”

Flavinho afirmou que o projeto nasceu a partir de visitas a delegacias das mulheres no estado de São Paulo.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher [aprovou](#) o texto em maio.

Tiago Miranda; Edição - Roberto Seabra

‘Tribuna de Minas’ participa de workshop do Instituto Patrícia Galvão

De que forma o jornalismo pode auxiliar na divulgação de casos de violência contra a mulher?

Foi buscando responder esta pergunta que o Instituto Patrícia Galvão, organização feminista, realizou em São Paulo (SP), nesta segunda-feira (29), o Workshop Femicídio: o papel da imprensa na cobertura dos assassinatos de mulheres no Brasil. A Tribuna, a convite do Instituto, esteve presente no evento por meio da jornalista Vivia Lima. Além de representantes da imprensa de diferentes estados, o evento reuniu também especialistas do Direito e da Segurança Pública, pesquisadores, gestores e ativistas. Entre eles, representantes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Ministério Público, Polícia Civil, Guarda Civil, ONU Mulheres, Promotoria de Justiça, advogadas, juízas e institutos em que a mulher é protagonista.

No encontro, autoridades e jornalistas discutiram sobre a importância de se criar debates e discussões para além da divulgação pura e simples de episódios de violência contra a mulher, a fim de informar e prevenir mortes evitáveis de mulheres. O Instituto realizou pesquisas em matérias jornalísticas de 71 veículos de imprensa escrita do país. Embora a violência cometida contra mulheres seja pauta frequente nos jornais, além do espaço editorial conferido às violações dos direitos das mulheres ter sido ampliado, das 1.691 matérias analisadas, apenas 233 apontaram, explicitamente, o termo feminicídio.



Autoridades e jornalistas discutiram sobre a importância de se criar debates e discussões para além da divulgação pura e simples de episódios de violência (Foto: Vivia Lima)

De acordo com os dados coletados pelo Instituto Patrícia Galvão, o fato majoritário dessas coberturas são episódios individualizados e relatados a partir da perspectiva policial e não ampla. Mesmo em vigor, a Lei Maria da Penha ainda é pouco noticiada nos meios de comunicação brasileiros. Dentre as análises, nota-se que, quando a motivação é informada, está associada à não aceitação do fim do relacionamento ou recusa da vítima em reatar com o autor, condicionando a culpa à mulher.

Foram constatados ainda quando o nome do autor é mencionado nos títulos, geralmente é atribuída a ele a condição de surto, ímpeto ou ainda que ele agiu de determinada forma, pois a mulher criou uma atmosfera em que “mereceu” o trato agressivo, quase sempre culpabilizando a vítima. Para a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, o encontro proporcionou troca de conhecimentos entre diversas áreas e conhecimento sobre dificuldades e facilidades apresentadas por cada representante convidado. “Pode-se conhecer as limitações de cada um, além de apresentarmos uma discussão bastante abrangente e aprofundada sobre a violência contra a mulher, que ainda é subnotificada por inúmeros fatores”, ressaltou.

Fundado em 2001, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização sem fins lucrativos que atua nos campos do direito à comunicação e dos direitos das mulheres. O instituto, através de pesquisas e estudos, visa a qualificação da cobertura jornalística através da perspectiva de um olhar mais atento e contextualizado sobre a violência de gênero.

Briga de família leva a um em cada dez homicídios em São Paulo; 13% das vítimas são mulheres

(O Estado de S.Paulo, 11/01/2016) Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP), dos 3.414 homicídios dolosos registrados entre janeiro e novembro de 2015, 5,9% aconteceram após desavenças entre companheiros e 3,7% entre familiares. Para especialistas, além dos homicídios provocados por um episódio de descontrole, há outro grupo de assassinatos em ambiente doméstico marcado por antecedentes de ameaças e agressões – como os casos de violência contra a mulher. Em março, uma mulher foi esfaqueada pelas costas pelo companheiro na frente dos filhos de 9 e 10 anos, na região de Guaianases, na zona leste da capital. Aos policiais, familiares disseram que o casal vivia um “relacionamento conturbado”. “Muitas vezes, esses homicídios são previsíveis porque há histórico”, afirma o sociólogo Túlio Kahn, ex-analista da Segurança Pública.

Leia a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Briga de família leva a um em cada dez homicídios em São Paulo; 13% das vítimas são mulheres \(O Estado de S.Paulo,11/01/2016\)](#)

Brasil registrou um estupro a cada 11 minutos em 2014, aponta Anuário de Segurança Pública

No ano passado, foram registrados 47.643 casos de estupro em todo o país, contra 51.090 em 2013, uma queda de 6,7%. Ainda assim, o dado representa um estupro a cada 11 minutos. O Anuário traz ainda uma pesquisa feita em parceria com o instituto Datafolha sobre o medo de sofrer violência sexual. Segundo o levantamento, 90% das mulheres disseram temer ser vítimas de agressão sexual contra 42% dos homens.

(Compromisso e Atitude, 09/10/2015) O Brasil apresentou queda nos registros de estupros em 2014, na comparação com o ano anterior. É o que aponta o [9º Anuário de Segurança Pública](#), divulgado pelo Fórum Nacional de Segurança Pública nesta sexta-feira, dia 09. Segundo a publicação, foram registrados em todo o país 47.643 casos de estupro, contra 51.090 em 2013, uma queda de 6,7%. Ainda assim, o dado representa um estupro a cada 11 minutos. Já as tentativas de estupro e atentado violento ao pudor aumentaram de 4.897 para 5.042.

Entre os estados que registraram os menores índices de violência sexual denunciada no ano passado estão Espírito Santo, com 238, Roraima com 275 e Piauí com 481 casos registrados. São Paulo aparece como o Estado onde mais casos de violência sexual foram denunciados à

Polícia, mesmo com uma redução de aproximadamente dois mil casos. A segurança pública paulista processou 10.026 boletins de ocorrência de crimes contra a liberdade sexual. Em seguida, aparece o Rio de Janeiro, com 5.676 casos em todo o Estado no ano de 2014.

No entanto esses números podem não representar a realidade devido à dificuldade na notificação de crimes de violência contra as mulheres, principalmente nos casos de agressão sexual. “O crime de estupro é aquele que apresenta a maior taxa de subnotificação no mundo, então é difícil avaliar se houve de fato uma redução da incidência deste crime no país”, alerta Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em nota divulgada pela organização não governamental.

Medo de estupro é expresso por 90% das brasileiras

O Anuário traz ainda uma pesquisa feita em parceria com o instituto Datafolha. Segundo o estudo, realizado em 84 municípios brasileiros com mais de 100 mil pessoas, 66% dos entrevistados disseram temer ser vítimas de agressão sexual, sendo a maioria mulheres - que somam 90% das respostas positivas contra 42% dos homens.

90% das mulheres têm medo de sofrer violência sexual | Create your own infographics

A pesquisa mostra ainda que jovens entre 16 e 24 anos são as que mais sentem medo da violência sexual. Os estratos sociais onde o medo de agressões sexuais apareceu mais fortemente foram: amarelos (73%) e pessoas com renda de até dois salários mínimos (75%) e Nordeste do País (74% da população). Os habitantes do Sul brasileiro são os que menos temem a violência sexual (61%). Neste caso, os dados não trazem recorte de gênero.

Tainah Fernandes

Acesse no site de origem: [Casos de estupros no Brasil diminuiram em 2014 segundo Anuário de Segurança Pública \(Compromisso e Atitude, 09/10/2015\)](#)

Coronel Helena dos Santos Reis: a PM que ela quer

(Diário da Região, 31/07/2015) A coronel Helena dos Santos Reis, 45 anos, toma posse oficialmente hoje no comando da Polícia Militar da região de Rio Preto e já apresenta propostas de mudança no policiamento regional. Entre suas iniciativas, antecipadas com exclusividade ao Diário, estão a maior divulgação de um aplicativo para melhorar a comunicação entre a PM e a população, a reativação da mediação comunitária e a implantação de audiências públicas em todas as cidades do Comando de Policiamento do Interior (CPI-5).

Helena é a quarta mulher a ocupar o posto mais alto na hierarquia da Polícia Militar paulista e primeira rio-pretense a ostentar o título de coronel, conquistado ano passado. Ela substituirá coronel Rogério de Oliveira Xavier que assumiu o Comando de Policiamento Ambiental do

Estado de São Paulo.

O aplicativo em questão é o “Polícia com Você”, que pode ser baixado no celular pelo Google Play (Android) e pelo App Store (IOS). Pelo programa, o usuário pode selecionar o atendimento da PM, saber a localização das bases e traçar rotas para chegar à mais próxima. Também são fornecidos telefones e e-mails da corporação. “O aplicativo já existe desde o começo do ano, mas infelizmente ainda é pouco conhecido. Esperamos que a divulgação pelo Diário ajude a popularizá-lo”, explica a comandante.

Outra iniciativa da coronel Helena para se aproximar da população é reativar os núcleos de mediação comunitária. São 115 na região, sendo cinco em Rio Preto. Idealizados pelo coronel Azor Lopes da Silva Júnior, os núcleos estavam desativados desde o final do ano passado. Pela proposta, um policial militar, capacitado em cursos de mediação de conflito pelo Ministério da Justiça, reúne-se com as pessoas em disputa e tenta conseguir um acordo extrajudicial.

“Com amparo de lei federal, agora os números estão com função jurídica mais definida. Não irão substituir o Poder Judiciário, mas ajudam a reduzir os conflitos nas comunidades”, aposta. A terceira iniciativa da coronel será a realização de audiências públicas mensais em toda a região para prestação de contas da corporação e ouvir as reclamações e sugestões da população. “As reuniões vão acontecer uma vez por mês, e a primeira deve acontecer em setembro. Vamos mostrar a produtividade da polícia e vamos ouvir as reclamações”, promete.

Combate ao crime

A coronel Helena dos Reis assume oficialmente o cargo em situação confortável nas estatísticas da Secretaria de Segurança Pública. Todos os índices de criminalidade estão em queda. Mas ela diz que o objetivo é combater os crimes contra a vida. “Vamos trabalhar pesado contra os homicídios e latrocínios em nossa região”, diz a oficial.

A redução das ocorrências de furtos e roubos de veículos, que tem subido nos últimos meses, também está na meta da coronel. “Iremos fazer operações em empresas de desmanche e lojas de venda de peças usadas de carros e motos. Aquelas que não tiverem notas, vamos lutar para fechá-las”, afirma.

Marco Antônio dos Santos

Acesse no site de origem: [Coronel Helena dos Santos Reis: a PM que ela quer \(Diário da Região, 31/07/2015\)](#)

MPF/RJ instaura inquérito civil público para apurar casos de homofobia

(MPF, 16/06/2015) Relatório com casos e suspeitas de homofobia em Volta Redonda foi encaminhado ao órgão

O Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda (RJ) instaurou inquérito civil público para apurar os casos de homofobia que ocorrem no município e acompanhar a atuação dos órgãos de segurança pública na identificação da motivação específica para a prática de crimes contra os homossexuais. O inquérito busca, ainda, acompanhar as políticas públicas que vêm sendo adotadas pela prefeitura em favor do respeito aos homossexuais.

A instauração do inquérito se deu após representação do movimento “VR sem homofobia”, que relatou casos de violências praticadas contra homossexuais, em relatório encaminhado ao MPF/RJ após reunião que ocorreu no órgão.

O relatório apresenta seis casos no período de 22 de abril a 20 de maio deste ano. Um dos casos é de um adolescente de 14 anos que foi encontrado morto no Rio Paraíba. Segundo o movimento Volta Redonda sem homofobia, a polícia tratou o caso como simples latrocínio, porém se tratava de rapaz assumidamente homossexual que era discriminado em público e na escola por usar vestuário feminino.

“Procuramos o presidente do Grêmio Estudantil da Unidade de ensino e a orientação pedagógica e disseram que o adolescente vivia afastado da unidade escolar por não gostar de ir à aula por sofrer ameaças e preconceito dentro da sala de aula. Para conhecidos e para a tia da vítima, nada tira da cabeça que o caso foi prática de ódio e intolerância que o assassino teve para matar a vítima”, afirma um trecho do relatório.

De início, foi determinada a solicitação de informações à Secretaria de Segurança Pública e à Delegacia de Polícia do município de Volta Redonda acerca dos procedimentos adotados quanto a casos de homofobia que são apresentados a estes órgãos. O Município de Volta Redonda, por sua vez, foi questionado acerca das políticas públicas promovidas em favor dos homossexuais no âmbito de suas secretarias.

Segundo a portaria de instauração do inquérito, a Constituição brasileira assegura a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação, inclusive a relativa à orientação sexual. “É necessário lançar luz a violações tão graves que têm ocorrido e defender o direito à diversidade de forma ampla”, destaca o procurador da República Julio José Araujo Junior, que assina a portaria.

Assessoria de Comunicação Social

Acesse no site de origem: [*MPF/RJ instaura inquérito civil público para apurar casos de homofobia \(MPF, 16/06/2015\)*](#)

Os estados do Nordeste não são os mais racistas, por Dennis de Oliveira

(Fórum, 05/01/2015) Capa do jornal Folha de S. Paulo desta segunda-feira (dia 5/1) e aqui no Portal Fórum divulgam os dados da pesquisa do Fórum Brasileiro da Segurança Pública que

demonstram que jovens negros e negras tem 2,5 vezes mais chances de serem assassinados que brancos. No Nordeste, este indicador chega a 5. Os dados mostram ainda que a taxa de homicídios de de jovens brancos caiu e a de negros aumentou.

Nenhuma destas informações é novidade. A campanha contra o genocídio da juventude negra há mais de dois anos tem divulgado estes dados, o que motivou a campanha e as várias ações realizadas nos últimos anos. Como a mídia hegemônica costuma dar prioridade a informações quando elas vem de fontes oficiais e não de movimentos sociais, o fato destas informações terem sido compiladas por um fórum governamental a pedido do governo federal, ganhou capa da Folha desta segunda. Em agosto, o movimento negro organizou uma passeata contra o genocídio da juventude negra em várias cidades do país e a cobertura da mídia hegemônica foi ínfima, priorizando, como sempre, os problemas do trânsito causados pela passeata.

Fiquei pensando o porquê, de repente, estes dados virarem matéria de capa de um jornal como a Folha de S. Paulo. Uma das explicações foi o fato de ser uma pauta originada de fonte oficial, como afirmei acima. Mas não só isto. Não costumo ler os comentários de matérias em sites, em geral são tão reacionários que dão ânsia. Mas resolvi, por curiosidade, ver como foram as reações (sem trocadilho). Uma delas chamou-me a atenção: a pessoa disse que a matéria demonstrava, com dados, que os nordestinos são mais preconceituosos que os paulistas.

Reli a matéria e notei que o fato dos índices de vulnerabilidade negra nos estados do Nordeste ser maior recebeu destaque. Mais ainda, que o Paraná sulista aparecia como o único estado em que a mortalidade de brancos era maior que a de negros.

Uma leitura rápida por estes dados leva a esta conclusão. Porém, há um dado importante que está sendo omitido nesta cobertura - a participação de afrodescendentes nas populações dos estados é diferente. Por exemplo, se em todos os estados, o percentual de brancos e negros fosse idêntico, o ranking de vulnerabilidade estaria correto. Mas não é o caso.

Ressalto que este comentário não justifica os absurdos índices de violência contra jovens negros. O genocídio racista está presente em todos os estados brasileiros. O que estou questionando é a angulação da mídia hegemônica de que o Nordeste é mais racista que o Sudeste.

Ponderando as taxas de vulnerabilidade de jovens negros com a participação de negros na população de cada estado, segundo o Censo de 2010, o tal "ranking" se modifica e fica da seguinte forma:

	Relação negros/brancos na população	Risco relativo	Índice ponderado
Paraíba	1,40	13,4	9,55
Rio Grande do Sul	0,19	1,7	8,79
Santa Catarina	0,18	1,4	7,75
Pernambuco	1,62	11,6	7,17
Distrito Federal	1,27	6,5	5,13
Espírito Santo	1,32	5,9	4,47
Alagoas	2,01	8,8	4,37
São Paulo	0,53	1,5	2,84
Mato Grosso do Sul	0,94	2,4	2,55
Rio Grande do Norte	1,36	3,4	2,49
Rio de Janeiro	1,07	2,3	2,15
Ceará	1,99	4	2,02
Goiás	1,30	2,6	2,00
Minas Gerais	1,15	2,2	1,91
Sergipe	2,37	4,2	1,77
Paraná	0,39	0,7	1,77
Roraima	2,04	3,3	1,62
Acre	2,58	3,8	1,47
Amazonas	2,70	3,7	1,37
Mato Grosso	1,50	2	1,33
Pará	3,29	3,6	1,09
Rondônia	1,67	1,8	1,08
Bahia	3,26	3,5	1,07
Piauí	2,76	2,8	1,01
Amapá	2,83	2,6	0,92
Maranhão	3,20	2,8	0,87
Tocantins	2,60	1,8	0,69

Com esta ponderação, observe que os estados do Sul/Sudeste, por terem uma população com menor número de afrodescendentes, não estão em situação tão boa como pode parecer. Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão lá no topo da tabela, o Paraná também vai lá para cima da tabela e no final, há estados de várias regiões.

Assim, o que se conclui é que as variantes raciais do genocídio não acontece exclusivamente no Nordeste, mas em todo o Brasil. O fato dos indicadores do Sul/Sudeste serem melhores decorre do fato da participação de negros e negras na população ser menor. Mas, proporcionalmente, observa-se que a situação pelas bandas aqui não é das melhores.

Acesse no site de origem: [Os estados do Nordeste não são os mais racistas, por Dennis de Oliveira \(Fórum, 05/01/2015\)](#)